

AÇÃO URGENTE

VINTE E SEIS MORTOS DEPOIS DE REBELIÕES SE PROPAGAREM

Vinte e seis homens foram mortos e outros nove gravemente feridos no presídio de Alcaçuz, no estado do Rio Grande do Norte, seguindo a propagação de rebeliões e conflitos entre grupos criminosos nas prisões nordestinas brasileiras. Autoridades devem investigar as mortes imediatamente e implementar medidas para impedir outras rebeliões futuras e mortes no sistema prisional.

Entre 14-15 e janeiro, 26 homens foram mortos e outros nove gravemente feridos durante uma rebelião e conflitos entre grupos criminosos no presídio de Alcaçuz, na cidade de Nisia Floresta, estado do Rio Grande do Norte, no nordeste do Brasil. Todos os mortos estavam presos em Alcaçuz. A vasta maioria foi decapitada, alguns foram esquartejados e outros queimados até a morte. Parte das instalações do presídio foi destruída durante a rebelião, que durou mais de 14 horas. Mais de 8.000 pessoas estão presas no estado do Rio Grande do Norte, enquanto seu sistema prisional tem capacidade apenas para 3.500. Em março, o governo do estado declarou “estado de calamidade” em seu sistema prisional devido ao número de rebeliões que ocorreram.

Isso aconteceu na sequência do assassinato de mais de 90 homens no início de janeiro em prisões nos estados de Amazonas e Roraima, norte do Brasil, também como resultado de rebeliões e conflitos entre grupos criminosos. Entre 1-2 de janeiro, 56 presos foram mortos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus, estado do Amazonas, durante uma rebelião que durou 16 horas. Em 2 de janeiro, quatro homens foram mortos na Unidade Prisional de Puraquequara, também em Manaus. Devido a falta de segurança e destruição das instalações, alguns presos do Anísio Jobim foram levados para a Cadeia Pública Vidal Pessoa, que foi fechada em 2016 devido a condições inadequadas, e no dia 8 de janeiro, 4 homens foram mortos lá. Também no dia 8 de janeiro, três corpos foram encontrados na mata próximo ao Anísio Jobim. No dia 6 de janeiro, pelo menos 31 homens foram mortos no Penitenciário Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista, estado de Roraima. O Conselho Nacional de Justiça criticou a grave superlotação e as condições ruins do Complexo Penitenciário Anísio Jobim e da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura denunciou as condições inumanas do sistema prisional do Amazonas em particular e cobrou das autoridades que tomassem medidas urgentes. A situação das prisões dos estados do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte continua estável. As autoridades devem adotar medidas imediatas para tratar das tensões nos presídios devido à superlotação e condições ruins e garantir que conflitos entre grupos criminosos de atuação nacional não liderem novas rebeliões e massacres.

Por favor, escreva imediatamente em português, inglês ou em seu próprio idioma:

- Instando as autoridades a garantir uma investigação célere, meticulosa e imparcial das mortes de 26 homens no presídio de Alcaçuz, no estado do Rio Grande do Norte, bem que as mortes em presídios dos estados de Amazonas e Roraima, e a trazer todos os suspeitos de responsabilidade criminal a Justiça em julgamentos justos;
- Instando-os a adotar medidas imediatas para evitar outras possíveis rebeliões iminentes e mortes no sistema prisional;
- Cobrando delas a implementação das recomendações feitas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e pelo Relator Especial da ONU sobre a Tortura em seu relatório sobre sua missão para o Brasil.

FAVOR ENVIAR APELOS ATÉ 21 DE FEVEREIRO DE 2017 PARA:

Ministro da Justiça
Alexandre de Moraes
Esplanada dos Ministérios, Bloco T,
Palácio da Justiça, edifício sede, 4º
andar, Brasília, DF

CEP: 70064-900, Brazil
Twitter: @JusticaGovBR
Facebook: JusticaGovBr
Saudação: Prezado Ministro

Presidente do Conselho Nacional de
Justiça
Carmem Lúcia Antunes Rocha

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



Federal, 2º Andar, Gabinete da
Presidência, Sala B219. Praça dos Três
Poderes, s/nº, Brasília, DF
Email: presidencia@cnj.jus.br
Twitter: @CNJ_oficial

Facebook: cnj.oficial
**Salutation: Prezada Presidente do
CNJ**

E cópias para:

Pastoral Carcerária
Pe. Valdir João Silveira
Praça Clovis Bevilácqua, 351, conj. 501,
Centro, São Paulo, SP
CEP 01018-001, Brazil

Also send copies to diplomatic representatives accredited to your country. Please insert local diplomatic addresses below:

Name Address 1 Address 2 Address 3 Fax Fax number Email Email address Salutation Salutation

Please check with your section office if sending appeals after the above date. This is the first update of UA 6/17. Further information:
www.amnesty.org/en/documents/amr19/5444/2017/en/

AÇÃO URGENTE

VINTE E SEIS MORTOS DEPOIS DE REBELIÕES SE PROPAGAREM

INFORMAÇÃO ADICIONAL

De acordo com o Ministério da Justiça, no final de 2015 o sistema penitenciário nacional possuía mais de 620.000 pessoas, apesar de ter capacidade total para cerca de 370.000 pessoas. Superlotação grave, condições degradantes, tortura e violência são o padrão das prisões brasileiras. Entretanto, as autoridades não tem tomado medidas concretas nos últimos anos para superar a grave superlotação e as péssimas condições e para evitar violência letal dentro das prisões.

Em outubro de 2016, 10 homens foram decapitados ou queimados vivos em uma prisão do estado de Roraima e oito homens morreram por asfixia em uma cela durante um incêndio no estado de Rondônia. Em 2015, no estado de Minas Gerais, três detentos foram mortos durante uma rebelião na penitenciária de Teófilo Otoni em outubro e dois em circunstâncias similares em uma prisão em Governador Valadares em junho. Em outubro de 2015, houve distúrbios em uma prisão de Londrina no sudeste do estado do Paraná. Durante todo o ano de 2013, 60 detentos foram assassinados no presídio de Pedrinhas, no estado do Maranhão, e quase 20 foram mortos entre janeiro e outubro de 2014. Vídeos de decapitações foram transmitidos na mídia. Um dos presos de Pedrinhas foi morto, grelhado e parcialmente comido por outros prisioneiros. Em novembro de 2010, uma rebelião no presídio de Pedrinhas resultou em 18 pessoas mortas. Em maio de 2014, 31 homens (30 presos e um agente penitenciário) foram mortos durante uma rebelião em um centro de detenção em Benfica, no Rio de Janeiro. Em janeiro de 2002, 27 homens foram mortos no presídio Urso Branco em Porto Velho, Rondônia. Em outubro de 1992, 111 homens foram mortos por policiais militares no presídio de Carandiru em São Paulo depois de uma grande rebelião. 74 policiais militares foram sentenciados pela morte de 77 vítimas do massacre, mas em 2016 o julgamento foi declarado nulo e o massacre segue impune.

As condições caóticas das prisões brasileiras tem sido denunciadas nos últimos anos pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (ver: http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-snpct/mecanismo/Unidades_Prisionais_de_Manaus___AM.pdf), pelo Relator Especial da ONU sobre Tortura e por diversas organizações nacionais e internacionais de direitos humanos. Em seu relatório de missão para o Brasil (ver: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?m=103), o Relator Especial da ONU sobre Tortura reivindicou que as autoridades brasileiras adotassem medidas imediatas para eliminar a superlotação e implementar com plena observância as Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), expandir a realização de audiências de custódias para abranger o território nacional e por em prática mecanismos efetivos de reclamação para os detentos para que denunciem tortura e maus-tratos.

Nome: 26 homens mortos e 9 gravemente feridos no presídio de Alcaçuz
Gênero m/f: m

Further information on UA: 6/17 Index: AMR 19/5508/2017 Issue Date: 16 January 2017